

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 125.449 - RJ (2020/0078773-0)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : THYAGO SOARES MANHÃES (PRESO)
ADVOGADO : MARCIO MENEZES DE SOUZA - RJ176518
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por **Thyago Soares Manhães** contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que denegou a ordem ali impetrada (fls. 49/55 – *Habeas Corpus* n. 0076836-48.2019.8.19.0000), mantendo a prisão preventiva imposta ao recorrente pelo Juízo de Direito da 36ª Vara Criminal da comarca do Rio de Janeiro/RJ, ante a necessidade de se resguardar a ordem pública, por conveniência da instrução criminal e para assegurar aplicação da lei penal (fls. 15/17 – Autos n. 0149898-21.2019.8.19.0001), pela prática, em tese, dos crimes de estelionato simples, de uso de documento falso e de falsificação de documento público, e da contravenção penal de exercício ilegal de profissão (art. 47 da LCP).

No presente recurso, alega-se ausência de fundamentação do decreto preventivo, ao argumento de que *inexistem os pressupostos que ensejam a manutenção da prisão preventiva do paciente, pois que não há motivos que demonstrem que, expedido o contramandado de prisão, constituiria ameaça a ordem pública prejudicaria a instrução criminal, ou se furtaria à aplicação da Lei Penal* (fl. 76).

Postula, então, o conhecimento e o provimento liminar do recurso para que seja revogada a prisão preventiva imposta ao recorrente.

É o relatório.

Busca o recurso a revogação de prisão preventiva imposta ao recorrente – decretada aos fundamentos de garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal e para assegurar aplicação da lei penal, pela prática, em tese, dos crimes de estelionato simples, de uso de documento falso e de falsificação de documento público, e da contravenção penal de exercício ilegal de profissão (art. 47 da LCP) – ao argumento de deficiência de fundamentação do decreto preventivo.

Inicialmente, transcrevo o teor da fundamentação do decreto preventivo ora hostilizado, reproduzido na decisão liminar do *writ* (fls. 16/17):

Pela MM^a Juíza de Direito foi proferida a seguinte DECISÃO: Inicialmente, cumpre consignar que pelo custodiado não foi informada qualquer agressão no ato prisional. A presente prisão em flagrante foi efetuada dentro dos ditames legais e revestida de toda formalidade necessária, não sendo, portanto, hipótese de relaxamento de prisão. Desta forma, HOMOLOGO A PRISÃO EM FLAGRANTE. Em relação ao pedido da conversão da prisão em flagrante preventiva formulado pelo Ministério Público, de se notar que se trata de medida de cautela processual cabível, já que presentes e demonstrados os pressupostos e requisitos insertos no artigo 312 do Código de Processo Penal. Presentes o "fumus comissi decorrente dos indícios de materialidade e de autoria, consubstanciados nos termos de declaração. O "periculum in libertatis", decorrente da necessidade de se assegurar a instrução criminal e a aplicação de eventual sanção penal, bem como para a garantia da ordem pública, considerando-se a reprovabilidade in concreto da suposta conduta do agente, que, teria aplicado um golpe na vítima, cobrando R\$ 2.000,00 a mais pela corrida de taxi, além de ter apresentado documentação falsa aos policiais. No presente caso, o custodiado, após afirmar não possuir troca, induziu a vítima a passar seu cartão de débito para pagar pela viagem, que seria no montante de R\$ 8,00. Após tentar colocar o valor de R\$ 3.008,00, o custodiado cobrou o montante de R\$ 2.008,00 à vítima. Por fim, a vítima acionou os policiais, que conseguiram abordar o custodiado, tendo o mesmo apresentado documentação com a sua foto, mas no nome de Eron. Ressalta-se, que os crimes são de extrema gravidade, havendo a necessidade do encarceramento cautelar do custodiado pelos fatos ora narrados. Patente a vulneração da ordem pública, considerando o modo de agir extremamente ardil, considerando que coloca o montante que quer cobrar no seu celular, levando a vítima a erro, já que, ao colocar a senha, não consegue ver o valor. Além disso, deve-se resguardar a aplicação da lei penal (e a instrução criminal), ante o patente risco de reiteração criminosa. Destaco que, conforme se vê na FAC acostada aos autos, o custodiado é REINCENTE e continua, apesar disso, realizando as mesmas práticas delituosas. Infere-se, daí, que demonstra maior destemor, arroubo e certeza de impunidade; elementos concretos a demonstrar a necessidade da prisão cautelar como meio de obstar futuras supostas ocorrências similares. Quanto ao requerimento da prisão domiciliar, entendo incabível, eis que a seareação se faz plenamente necessária, diante da gravidade da conduta delituosa atribuída ao custodiado, bem como pela reiteração delitiva, já que é reincidente, e, por fim, considerando que as crianças não se encontram desamparadas, já que estão sob os cuidados de outros responsáveis. Além disso, não há comprovação dos menores e nem do endereço a ser cumprida a benesse, nos termos do art. 318, par. único, do CPP. Ante todo o exposto, por considerar insuficientes quaisquer outras medidas cautelares diversas da prisão, indefiro o pedido de liberdade e CONVERTO A PRISÃO EM FLAGRANTE EM PREVENTIVA, vez que estão presentes os requisitos previstos no art. 312 e 313, inciso 1, ambos do Código de Processo Penal.

Assim, tem-se que, em juízo de cognição sumária, o Magistrado singular apontou indícios concretos de como o recorrente, em liberdade, poderia colocar em risco à ordem pública – ressaltando sua periculosidade, uma vez que, *conforme se vê na FAC*

acostada aos autos, o custodiado é REINCIDENTE e continua, apesar disso, realizando as mesmas práticas delituosas (fl. 16) –, apresentando o decreto preventivo, assim, fundamento apto a consubstanciar a prisão.

Registre-se que, em casos similares, esta Corte considera válida a fundamentação do decreto preventivo, *em razão da periculosidade do paciente, evidenciada pelo efetivo risco de voltar a cometer delitos, porquanto, além de ser reincidente, responde a outra ação penal por crime de estelionato, a indicar que faz do crime o seu meio de vida. Prisão preventiva justificada, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, para a garantia da ordem pública* (HC n. 412.456/DF, Ministro Reynaldo Soares Da Fonseca, Quinta Turma, DJe 27/9/2017).

Confira-se ainda: RHC n. 108.097/BA, Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe 30/4/2019.

Então, não verificado, *in casu*, a probabilidade do direito, elemento indispensável à concessão da tutela de urgência.

Outrossim, a motivação que ampara o pedido liminar se confunde com o próprio mérito do recurso, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo.

Em razão disso, **indefiro** o pedido liminar.

Ademais, **determino** ao Magistrado singular competente que:

a) **analise**, com periodicidade máxima de 90 dias, a conveniência do acautelamento preventivo, nos termos do art. 316, parágrafo único, do CPP (com redação dada pela Lei n. 13.964/2019): *decretada a prisão preventiva, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 90 dias, mediante decisão fundamentada, de ofício, sob pena de tornar a prisão ilegal; e*

b) **preste informações, com cópias dos principais atos processuais, no prazo de 20 dias**, quanto às alegações do presente recurso, devendo a solicitação ser acompanhada de cópias das razões recursais (fls. 67/77) e desta decisão liminar.

Comunique-se com urgência.

Superior Tribunal de Justiça

Após, ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator